

EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA: A REVOLUÇÃO ESCOLAR IMINENTE

NOVOS PARADIGMAS E A TRANSFORMAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL

 <https://orcid.org/0009-0008-3886-9963> Bruna Ribas^A

^A Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação/ FFP- UERJ

Recebido em: 02 ago. 2024 | **Aceito em:** 23 ago. 2024

Correspondência: Bruna Ribas (brunnasantanaribas@gmail.com)

Educação democrática: a revolução escolar iminente, obra do sociólogo Cristian Laval e do psicólogo da educação Francis Vergne retrata a educação democrática como aquela que rompe paradigmas e a partir dessa perspectiva desenvolvem uma série de argumentos que sustentam a ideia do caráter democrático da educação como sendo um dos pilares essenciais para que esta cumpra seu papel principal, qual seja o de transformação social e individual. Para isso, os autores apontam que a educação deve vislumbrar sempre um caráter revolucionário de cunho social, democrático e ecológico. A fim de desenhar tais diretrizes democráticas para o educar, o livro se divide em cinco princípios / capítulos apontadores de uma proposta inovadora tecendo diálogos entre escola e democracia.

No primeiro capítulo Laval e Vergne exploram o conceito de educação democrática, destacando a necessidade urgente de uma transformação no sistema educacional tradicional. O capítulo começa com uma análise crítica das falhas do sistema atual, que é frequentemente caracterizado por uma abordagem hierárquica e autoritária, onde os alunos têm pouca ou nenhuma voz nas decisões que afetam sua educação.

Os autores argumentam que a educação deve ser um processo inclusivo, onde os estudantes participam ativamente na tomada de decisões e na construção do currículo. Este capítulo discute também a importância de desenvolver um ambiente escolar que promova a autonomia, a cooperação e o respeito mútuo, ao invés da mera conformidade e obediência. Eles sugerem que essa mudança é essencial para preparar os jovens para a vida em uma sociedade democrática, onde a cidadania ativa e a participação são fundamentais.



No capítulo seguinte, os autores aprofundam a discussão sobre os princípios da educação democrática, explorando exemplos de escolas e projetos educacionais que já implementaram esses conceitos com sucesso. O capítulo destaca práticas pedagógicas que promovem a igualdade e a justiça social, demonstrando como a participação ativa dos alunos pode levar a melhores resultados acadêmicos e ao desenvolvimento de habilidades essenciais para a vida.

O capítulo também aborda os desafios enfrentados por educadores e instituições ao tentar implementar essas mudanças, como a resistência de pais e autoridades educacionais, bem como as limitações estruturais do sistema educacional tradicional. Contudo, o capítulo reforça que, apesar dessas dificuldades, os benefícios de uma educação verdadeiramente democrática são significativos e podem contribuir para a criação de uma sociedade mais justa e equitativa. Importante registrar que esses dois capítulos estabelecem a base teórica e prática para o restante do livro, que continua a explorar como essa "revolução escolar iminente" pode ser realizada na prática.

Assim, no terceiro capítulo da obra, encontramos o debate sobre o princípio da implementação de uma cultura comum escolar, cultura esta que traduz um processo político e histórico condizente com o ponto de cidadania daquele local. Esta não apenas focada apenas em modelar comportamentos para o mercado de trabalho como se pretende os conservadores. Neste capítulo, os autores discutem sobre em quais bases possíveis pode-se traçar elementos comuns a toda uma sociedade que perpassa os sentimentos democráticos e de criação de nação junto aos grupos que a compõem. Um sentimento de cultura escolar diferente do modelo neoliberal que esvazia a educação a competências para o mercado de trabalho.

Neste capítulo o pensamento de criar elementos culturais que unificam os princípios de cidadania revisita a criação da instituição escolar como um divulgador dos elementos essenciais sobre estado e nação compartilhados pelos cidadãos. Reforçando, pois, a ideia de escola do sociólogo Émile Durkheim (2007): um lugar que cativa os corações e mentes das crianças para o exercício da vida comum. Para os autores, a definição de cultura comum é agenda tanto de partidos de esquerda quanto de direita, são elementos caros para qualquer corrente teórica na qual a sociedade esteja pontuada. Mas que, para as vertentes progressistas da sociedade, o compromisso com o currículo

escolar deve pautar-se em elementos pensados para garantir democracia e diálogo considerando os diferentes grupos e suas vivências nestes territórios. Para eles, a cultura comum deve ser “igualitária, laica e racional” (LAVAL, VERGNE, 2023 p. 129) apoiando-se em bases diferentes das desigualdades e desumanidades provocadas pelo capitalismo.

Seguindo nesta linha de raciocínio, torna-se ultrapassada a ideia do espaço escolar como “formador de nação” pretendida no século XVIII, assim como o currículo neoliberal baseado em competências necessárias ao mercado de trabalho. Continuar delegando à educação tal papel utilitarista, provedor de um capital humano, ignora a própria essência humana de formação. A escola, como espaço formativo deve promover a aprendizagem de leitura, escrita e ciências duras além de avaliações adequadas para tal sem que o docente a utilize como mecanismo de hierarquização de seus estudantes. A massificação e o engessamento dos conteúdos escolares, escolhidos para manter a cultura desigual e de disputa de acumulação no capitalismo, sustenta todo um modelo de neoliberalismo que negligencia a humanização pela educação de professores e estudantes.

A escolarização, para eles, também é um mecanismo de construir uma narrativa própria através das experiências históricas e saberes acumulados até agora. Os autores reforçam isso ao discordarem da autora Hannah Arendt (2007) que acreditava que a educação é conservadora, que propõe apenas uma reprodução dos signos já criados. Para criação de novas narrativas é preciso revisar o ensino de história, reconhecer os nacionalismos/imperialismos sobrepostos à uma cosmovisão que o eurocentrismo muitas vezes impôs como modelo não só aos seus cidadãos, mas também àqueles que tiveram suas histórias roubadas e colonizadas. Como ignorar nos ensinamentos de humanidades os saberes de filosofias orientais e africanas? Por que os livros europeus escritos em determinados tempos são tidos como “clássicos literários”? Tais questões são fundamentais para reumanizar as ciências humanas como um todo.

O tempo escolar e suas grades curriculares apreendem os alunos e professores em um conjunto de lógicas próprias que desmantelam a relação entre o saber e os educandos e o trabalho docente. Torna o professor, um mero instrumento, um escravizado aplicador de métodos e avaliações fomentadoras de uma estrutura

alienadora numa sociedade de classes. Em uma sociedade que é pautada nas desigualdades, uma escola voltada para equidade de ensinamentos e saberes auxilia na resolução dos problemas que tal aparelho não criou. Para que esta insira tomada de consciência e emancipação, eles recorrem ao conceito gramsciano de escola unitária. Uma instituição que promova uma única formação cultural e intelectual aos seus educandos, valorizando na mesma proporção a preparação intelectual, política e para o trabalho que este virá a construir e contribuir para a sociedade.

Em contraponto à diversos companheiros seus, Antônio Gramsci (2006) via na multiplicação de escolas técnicas a fim de garantir pleno emprego e qualificação um empobrecimento nas formações intelectuais das massas. Repensar o papel da escola à luz de uma pedagogia sem sobreposição de saberes e talentos, nas quais considerem a emancipação tanto de mente quanto dos diversos corpos em atuação social são os pilares para a construção de uma nova cultura escolar, baseada numa outra relação entre seres humanos e meio ambiente.

No quarto capítulo, a obra traz a discussão de quais pedagogias promovem a cultura democrática aos seus alunos. Cultura esta que se difere de teorias que contam com a docilidade discente e incentivam uma competitividade que só tem lógica em uma sociedade de desigualdades. Para isso, Laval e Vergne se debruçam na perspectiva sociológica da escola de Durkheim e na pedagogia de Célestin Freinet traçando um diálogo entre a função democrática da escola e sua efetivação. Os autores também destacam a escola, criada dentro de um conjunto de pensamentos de adequação dos corpos e dos valores necessários ao convívio e trabalho na sociedade, como uma instituição que deve se partir de um outro lugar e pressuposto. A revolução escolar começa, portanto, repensando o modelo no qual ela foi idealizada, pensando em não apenas reformas curriculares com propostas pedagógicas democráticas, mas promovendo um debate que parta do lugar democrático desembocando em uma práxis escolar.

Mas como fazer com que a escola cumpra sua função de democratizar os saberes e promover uma cultura que valorize as ciências, literaturas e artes sem hierarquização de saberes? Como fazer com que esses saberes, que outrora eram colocados como pré-requisitos para uma suposta ascensão de classes, saiam desse

pertencimento às elites? Para isso os autores travam diálogos essenciais com o pensamento de Durkheim, Freinet e pensadores progressistas a fim de conceber quais pedagogias apresentam um carácter genuinamente democrático, de cooperação entre professores e estudantes e não de hierarquia e competição.

Para Durkheim, a escola viria para arraigar os ideais iluministas e republicanos, imprescindíveis para a construção de uma sociedade moderna. Para o autor, a escola viria a fim de substituir os ensinamentos dogmáticos da igreja, a fim de implementar no espírito das crianças a consciência cidadã necessária aos tempos modernos e à sociedade republicana. Partindo para modelos experimentais de educação, os autores citam dois modelos interessantes de implementação democrática: a pedagogia marxista do pós-revolução russa e a escola materialista de Celestin Freinet.

Já na pedagogia popular de Célestin Freinet. Cunha-se uma prática ancorada num determinado lugar de fala: o proletariado. Ao participar de uma convenção com escolanovistas, inspirados por John Dewey, o professor de ensino primário percebeu que os laboratórios de alto custo seriam algo fora da realidade do campesinato e dos alunos filhos de trabalhadores de sua escola. Ao retornar, este educador dá uma tonalidade de classe à sua prática pedagógica. Numa prática ancorada nas vivências do proletariado, este defende que a aprendizagem ocorre não em um ensino centrado no aluno, mas no ensino pautado na vivência comunitária em que este chama de “habitats”. A principal característica da pedagogia de Freinet é a proximidade com o mundo do trabalho e o tratamento da instituição escolar como uma grande cooperativa.

Já no quinto e último capítulo, a discussão central passa a ser o poder de autogestão escolar. A forma que esta se organiza, muitas das vezes, está atrelada ao autoritarismo e a burocracia regidas pelo sistema capitalista. A escolarização das massas, dentro de suas contradições, tem como plano de fundo a difusão de uma cultura comum e um modelo de cidadania aplicado a todos. Porém, seus moldes hierárquicos estabelecem na instituição um sistema dual de ensinos de acordo com a classe em que estudantes se situam.

O desencanto pela escola, que segundo os autores parte de uma competição desenfreada, fomenta uma exclusão externa e a criação de uma marginalização de

indivíduos nesta escola dual. Juntamente com a falta de reconhecimento de uma divisão desigual de renda e os problemas sociais atrelados a esta, os sentimentos em relação à escola se deslocam para o pessimismo para com a instituição. Tal caso, em consonância com uma cultura jovem que se distancia da cultura escolar, leva os autores a refletirem sobre uma possível “desfiliação escolar” e aos questionamentos se a participação democrática reforçada pelas políticas públicas escolares levaria estes alunos a se interessarem novamente pelo ambiente escolar.

No impasse do fortalecimento da instituição escolar. A disciplina no carácter autoritário, que interessa principalmente a governos de direita, se contrapõe a um modelo de autogestão e gestão democrática defendida pelas vertentes democráticas. A burocratização é tão enraizada nos moldes escolares e pedagógicos que é difícil combatê-los. E sem mudanças nas políticas educacionais, as violências contra estudantes e mestres, componentes do chão da escola, aumentam em níveis alarmantes quanto ao cerceamento de suas ideias e demandas enquanto classe. Ao retornar ao compromisso estabelecido no primeiro capítulo, os autores relembram as necessidades de redesenhar as arquiteturas das instituições educacionais a fim de refletir sobre autogovernança. Posteriormente estes colocam modelos de autogestão em escolas democráticas em todo o mundo.

Ao falar sobre as gestões dos espaços escolares, os autores retomam a discussão deste instituto no estabelecimento de uma cultura de massas, tirando o poder das igrejas de cultivar o espírito e mente moralmente e implementando modelos de cidadania para o progresso. A revolução francesa trata de fundar diversos estabelecimentos educacionais disseminadores da ideologia republicana. Mas esta encontrou dois impasses importantes para o estabelecimento total: a luta entre a igreja e o estado e a luta de classes numa escola dual. A igreja, junto com o intelectualismo humanístico das universidades independentes desde a idade média, competia ideais cidadãos da república. Já os socialistas, apesar de defenderem uma escola pública de qualidade, acusavam o estado republicano burguês de utilizar a escola e a escolarização como um mero instrumento de seus interesses. Fazendo com que a escola operária se desmantelasse em um mero preparador e amansador de trabalhadores para assumir suas ocupações na sociedade de classes.

A perspectiva socialista de educação, conforme escritos marxianos, se diferia muito de uma educação estatal pautada na autoridade e controle total dos estados nesta escola a fim de difundir sua cultura. De acordo com os autores, Marx discursou para a Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a distinção entre a escola comandada pelo governo e a escola autogestão pelos trabalhadores. A primeira sucumbiu à servidão e aos interesses burgueses conservadores, a segunda seguirá elementos para sua boa funcionalidade (como o cumprimento de leis e pré-requisitos nas formações docentes) mas que não intervirá na organização escolar a ser pensada por seus frequentadores. Desenhando assim a autogestão ideal que assegura uma escola democrática.

Ao final dos cinco capítulos os autores repensam, o sentido democrático e o porquê este precisa ser implementado. O sentido da autogestão, da reorganização dos papéis de pais, educadores e estudantes como protagonistas desta democracia com responsabilidades e demandas que os responsabilizam neste espaço constitui a ideia central da obra como um todo. Ao final do último capítulo, endereça-se a escola, como um lugar simbolizante do bem comum a todos os seus integrantes, não sendo apenas dispositivos dos interesses dos familiares, ou dos professores, ou dos alunxs. Tampouco é um lugar que deve estar à mercê da política local e suas intervenções. Neste aspecto, o autogestar da escola descreve uma tentativa de responsabilizar através da democracia a cada um dos seus componentes a fim de trabalharem pelo sucesso da relação ensino-aprendizagem fomentando o desejo de uma sociedade melhor.

Em tempos de perseguições docentes, práticas antidemocráticas institucionais, culpabilização do fracasso escolar ora nos discentes, ora nos docentes, desconfiança dos familiares no papel da escola de educar seus filhos entre outras, os diálogos da obra são essenciais. Para os autores é preciso o respeito com os saberes docentes e discentes a fim de uma troca justa. É necessária a aniquilação das técnicas de adestramento que entediam os alunos e extinguem a relação desses com a aprendizagem. A desburocratização e verticalização que centra os elementos escolares e limita a ação de seus componentes. Além disso, chamam a atenção para as inteligências artificiais que causam o desconhecimento da ação pedagógica em nome dos conservadorismos pautados na extrema direita e grupos religiosos extremistas com

notícias falsas em nome de um grande medo de pautas democráticas- defensoras de direitos humanos. A utópica educação democrática em que os autores plantaram suas sementes tem raízes nas opiniões, experiências e saberes compartilhados entre todos os setores da sociedade, levando em consideração o lugar de fala de cada um da comunidade.

Referências

- DurKheim, Émile. *Educação e Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2007.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. São Paulo: Forense, 2007.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Volume 2: os intelectuais, o princípio educativo*. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.
- LAVAL, Christian; VERGNE, Francis. *Educação democrática: a revolução escolar iminente*. Petrópolis: Vozes, 2023